

Demonstrações Financeiras

Mineração Morro do Ipê S.A.

31 de dezembro de 2023 e 2022
com Relatório do Auditor Independente

Mineração Morro do Ipê S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e aos Acionistas da
Mineração Morro do Ipê S.A.
Brumadinho, MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mineração Morro do Ipê S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para descomissionamento de ativos

Conforme divulgado na nota explicativa 18, como parte de suas operações, a Companhia incorre em obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do abandono de áreas. A reabilitação de áreas e do meio ambiente é requerida tanto pela legislação em vigor quanto pelas políticas da Companhia. Estimar os custos associados a estas atividades futuras exige considerável julgamento em relação a fatores como o período de utilização de determinada área, o tempo necessário para reabilitá-la e determinadas premissas econômicas como taxa de desconto e taxas de moeda estrangeira. Devido à relevância da provisão para descomissionamento de ativos e o nível de incerteza para a determinação da sua estimativa que pode impactar o valor dessa provisão nas demonstrações financeiras, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria. A provisão para descomissionamento de ativos corresponde a R\$129.033 mil em 31 de dezembro de 2023.

Como a auditoria endereçou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a obtenção de entendimento do processo e premissas utilizadas pela Companhia para mensuração da provisão para descomissionamento de ativos, incluindo o custo base das áreas a serem abandonadas, premissas macroeconômicas que foram consideradas no modelo de fluxo de caixa projetado relacionadas a taxas de inflação, para mensuração da taxa de desconto e a vida útil da mina, além da revisão da movimentação da provisão no exercício relativa às áreas a serem abandonadas, restauradas/reabilitadas e a obrigação ambiental pertinente, visando verificar os custos previstos no plano de abandono aprovado; (ii) utilização de especialistas ambientais e de sustentabilidade para avaliar a razoabilidade e consistência das premissas utilizadas na preparação das estimativas; e (iii) efetuamos a avaliação da adequação da divulgação nas demonstrações financeiras com relação à provisão das obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do abandono de áreas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 18, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Instrumentos financeiros de proteção cambial - hedge accounting

Conforme divulgado na nota explicativa 12, a Companhia contratou um instrumento financeiro derivativo para mitigar a sua exposição ao risco cambial, que está relacionada à emissão de debêntures com a finalidade de investir em sua nova planta operacional. A contratação de instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros (swaps) é designada para a contabilidade de proteção (hedge de fluxo de caixa) com o objetivo de contrapor a exposição da Companhia ao risco cambial. A Companhia registrou um impacto de R\$48.253 mil referente à marcação a mercado do swap registrado em 31 de dezembro de 2023. Devido à relevância do instrumento financeiro protegido e os possíveis impactos sobre as demonstrações financeiras, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como a auditoria endereçou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho dos controles para identificação, mensuração, registro e divulgação de instrumentos financeiros de proteção cambial; (ii) inspeção dos principais documentos da administração que suportam a designação e qualificação do instrumento como hedge de fluxo de caixa, bem como análise das definições dos modelos de avaliação do valor justo; (iii) confirmação externa dos instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2023; (iv) adicionalmente, com o apoio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, verificamos a razoabilidade do método aplicado para cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos, bem como testamos a efetividade do hedge e o cálculo de valorização. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e na aplicação da contabilidade de hedge estão consistentes com os dados e informações obtidos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 12, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O



Leonardo Araujo Ferreira
Contador CRC RJ-116384/O

Mineração Morro do Ipê S.A.

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	105.559	327.771
Contas a receber de clientes		14.730	16.001
Contas a receber - parte relacionada	13	127.018	235.534
Estoques	5	112.830	40.472
Impostos a recuperar	6	67.603	14.237
Despesas antecipadas	7	28.225	9.607
Adiantamentos a terceiros	8	47.199	39.540
Outros ativos financeiros	12	42.436	58.049
		545.600	741.211
Não circulante			
Depósitos Judiciais	16	6.782	1.807
Depósitos vinculados		5.963	2.212
Impostos a recuperar	6	16.124	26.032
Imposto de renda e contribuio social diferidos	23	10.479	-
Imobilizado	9	1.266.790	1.003.810
Intangível	10	43.215	45.586
Outros ativos financeiros	12	19.936	11.044
Outros ativos		853	853
		1.370.142	1.091.344
Total do ativo		1.915.742	1.832.555

	Notas	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	156.071	176.763
Empréstimos e financiamentos	12	170.527	33.273
Partes relacionadas	13	260.877	137.245
Impostos a recolher	14	14.198	21.591
Obrigações trabalhistas	15	27.040	18.309
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	50.535
Obrigações com terceiros	16	29.129	27.123
Dividendos propostos		-	43.176
Adiantamento de clientes		65	3.960
		657.907	511.975
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	585.573	594.763
Provisão de contingências	17	5.231	3.861
Provisão para descomissionamento de ativos	18	129.033	31.408
Obrigação com terceiros	16	10.340	17.938
Outros passivos financeiros	12	14.119	56.957
		744.296	704.927
Patrimônio líquido			
Capital social	19	663.437	490.732
Reserva legal		-	13.759
Reserva de hedge	12	(1.109)	(2.789)
Ajustes acumulados de conversão		(69.327)	(15.578)
Lucros ou prejuízos acumulados		(79.462)	129.529
		513.539	615.653
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.915.742	1.832.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Receita líquida	20	1.311.580	1.271.034
Custo dos produtos e serviços	21	(1.240.932)	(882.662)
Resultado bruto		70.648	388.372
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	22	(66.401)	(45.652)
Outras despesas operacionais	23	(87.564)	(62.301)
		(153.965)	(107.953)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		(83.317)	280.419
Resultado financeiro	24		
Receitas financeiras		2.796	15.856
Despesas financeiras		(43.666)	(15.533)
		(40.870)	323
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(124.187)	280.742
Imposto de renda e contribuição social	25	30.966	(98.947)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(93.221)	181.795

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	(93.221)	181.795
Ajuste acumulado de conversão	(69.327)	(15.578)
Operações com derivativos	(1.109)	(2.789)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(163.657)</u>	<u>163.428</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro	Ajuste acumulado de conversão	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	350.390	4.669	66.530	-	-	-	421.589
Aumento de capital	140.342	-	(66.530)	-	-	-	73.812
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	181.795	181.795
Constituição de reserva legal	-	9.090	-	-	-	(9.090)	-
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	(15.578)	-	-	(15.578)
Custo de reserva de <i>hedge</i>	-	-	-	-	(2.789)	-	(2.789)
Distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(43.176)	(43.176)
Constituição de reserva de retenção de lucro	-	-	129.529	-	-	(129.529)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	490.732	13.759	129.529	(15.578)	(2.789)	-	615.653
Aumento de capital	172.705	-	(129.529)	-	-	-	43.176
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(93.221)	(93.221)
Compensação de reserva legal	-	(13.759)	-	-	-	13.759	-
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	(53.749)	-	-	(53.749)
Custo de reserva de <i>hedge</i>	-	-	-	-	1.680	-	1.680
Saldos em 31 de dezembro de 2023	663.437	-	-	(69.327)	(1.109)	(79.462)	513.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	(124.187)	280.742
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	6.247	8.825
Outras amortizações	(821)	7.698
Provisão para perda com estoques	13.772	(5.108)
TAC/TCCF	305	6.415
Outras provisões	1.370	7.432
Juros e variação monetária	59.963	(2.225)
	(43.351)	303.779
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	1.271	(10.382)
Contas a receber partes relacionadas	110.597	(144.525)
Estoques	(87.994)	(39.059)
Despesas antecipadas	(18.696)	(1.055)
Impostos a recuperar	(43.458)	(30.031)
Depósitos judiciais e vinculados	(10.238)	(1.991)
Adiantamentos a terceiros/funcionários	(19.103)	7.175
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(13.129)	153.225
Empresas coligadas	123.545	3.050
Adiantamento de clientes	(3.932)	(129)
Obrigações com terceiros / trabalhistas	1.787	20.676
Impostos a recolher	(37.441)	(7.226)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(121.535)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(161.677)	253.507
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Direitos minerários	-	(1.953)
Aquisição de ativos imobilizados	(181.637)	(670.774)
	(181.637)	(672.727)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	51.635
Empréstimos obtidos	150.000	600.000
Custo de transação	(1.660)	(6.540)
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades de financiamentos	148.340	645.095
Diferença cambial líquida		
Variação cambial	(27.238)	(40.174)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(222.212)	185.701
No início do exercício	327.771	142.070
No fim do exercício	105.559	327.771
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(222.212)	185.701
Informação suplementar		
Aquisição não caixa de imobilizado decorrente de:		
Provisão recuperação ambiental	97.625	31.408
Juros e derivativos capitalizados	66.489	19.679

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia foi adquirida e denominada Mineração Morro do Ipê S.A. (“Morro do Ipê” ou “Companhia”) em 17 de março de 2016, sendo que anteriormente a Companhia se chamava Santa Dominica Empreendimentos e Participação S.A. e possuía um capital social no valor de R\$0,15. Em 28 de outubro de 2016, a Mineração Morro do Ipê S.A. iniciou suas atividades em fase pré-operacional, através da aquisição de ativos da MMX Sudeste Mineração S.A. (“MMX Sudeste”) por R\$137.255. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, estabelecida no município de Brumadinho, no Estado de Minas Gerais, com atuação na extração de minério de ferro.

Em 1º junho de 2017, a Companhia saiu da fase pré-operacional e iniciou suas atividades comerciais, destinadas exclusivamente para o mercado externo, realizando logo no mês de julho de 2017 sua primeira venda ao mercado externo, seguido dos meses de setembro e outubro deste mesmo exercício.

A partir de 2017, a Mineração Morro do Ipê iniciou suas atividades operacionais com o beneficiamento de antigas pilhas de rejeito de minério da MMX Mineração, com beneficiamento nas instalações na Usina de Ipê.

Durante os anos de 2021 e 2022 a Companhia foi capaz de gerar volume de produção e vendas na ordem de 2,4Mton e 3,4Mton o que aliado ao mercado favorável ao preço do minério de ferro foi fundamental para a melhoria dos resultados operacionais e consequentemente da capacidade da Companhia financiar parte do projeto “Tico-Tico” com geração de caixa operacional.

Em 2023, apesar dos preços do minério de ferro permanecerem com média superior a US\$120/ton e os volumes de venda apresentarem aumento significativo em relação ao ano anterior, a Companhia não teve resultados operacionais positivos devido principalmente a três motivos: (i) no início do segundo semestre de 2023, buscando maior previsibilidade na geração de caixa operacional, em face a conclusão dos investimentos na nova usina de beneficiamento de minério de ferro de “Tico-Tico”, a Companhia firmou trava nos preços de vendas com seu principal cliente para contratos fechados até o fim de 2023, porém os valores realizados foram inferiores ao praticado no mercado, pois, a demanda por minério de ferro na China se manteve aquecida. (ii) Em 2023, os contratos de movimentação de minério com logística interna (transporte rodoviário, terminal ferroviário e transporte rodoviário) além do serviço portuário sofreram atualizações de preço significativas e (iii) com o avanço físico do projeto de expansão atingindo 98% na nova usina de beneficiamento, a Companhia incrementou ao seu custo de produção gastos com a equipe operacional da nova usina que foi mobilizada e treinada de forma antecipada e outros gastos onerosos ao custo operacional de 2023, mas ainda sem o incremento nos volumes de vendas que estão previstos para 2024 após a conclusão do processo de “*ramp-up*”.

Em 2023, a Companhia produziu 4.224 mil (3.385 mil em 2022) toneladas úmidas de produto acabado, e comercializou 4.026 mil (3.364 mil em 2022) toneladas úmidas de produto acabado.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia recebeu a Licença de operação (LO) da Mina de Tico-Tico, emitida pela Secretária de Estado de Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, para operar a nova usina de beneficiamento. Então, iniciou-se o “*ramp-up*” com previsão de conclusão para o primeiro trimestre de 2024. Esta nova operação tem o potencial de atingir a produção de até 6,0 Mtpa de “*pellet feed*”, produto este com alto teor de ferro, e consequentemente capturar melhores preços no mercado internacional de minério de ferro, além de aumentar a margem operacional da companhia.

Situação financeira da Companhia

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$112.307 mil, prejuízo no exercício de R\$93.221 mil e prejuízos acumulados de R\$79.462 mil.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou capital circulante líquido positivo de R\$229.236 mil, lucro do exercício de R\$181.795 e reserva de lucro de R\$129.529 mil.

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 é positivo em R\$513.539 mil (R\$615.653 mil em 2022) e a Companhia encerrou o exercício com uma posição de caixa de R\$105.559 mil (R\$327.771 mil em 2022).

Em 2023, o fluxo de caixa operacional foi negativo, principalmente, pelo pagamento de juros da dívida adquirida para conclusão do projeto Tico-Tico, insumos para operar a nova usina de beneficiamento e despesas superiores com logística para escoamento do minério. Contudo, conforme o modelo de negócios e com o avanço no “*ramp-up*” da nova usina de beneficiamento que possibilitará um incremento de produção de 6,0 Mtpa de “*pellet feed*”, a Companhia prevê uma geração de caixa operacional que será suficiente para liquidar os compromissos financeiros, incluindo serviço da dívida, e com fornecedores nos próximos 12 meses e, ainda, se necessário, tem linhas de créditos pré-aprovadas junto as instituições financeiras que a Administração entende que sejam de primeira linha, de acordo com o “*rating*” divulgado pelas principais agências de risco do mercado, que poderá acessar, mas não é o cenário base projetado pela Administração.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

Em 21 de março de 2024, a Administração da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal ("*going concern*") dos negócios da Companhia.

Todas as premissas adotadas pela Companhia são baseadas na melhor estimativa da Administração a respeito das condições futuras do mercado. A Administração acredita que as previsões se basearam em estimativas prudentes de preço e produção, porém mudanças significativas nessas premissas podem afetar o resultado e as reservas de caixa projetadas.

Historicamente, a Companhia adotou uma estratégia de preservação de caixa, que restringe a assunção de compromissos para investimentos de capital significativo, a menos que exista uma fonte de recursos específica disponível. Isso protege a Companhia contra problemas de liquidez decorrentes de compromissos em projetos cuja fonte de financiamento ainda não foi definida.

A Administração acredita que as premissas utilizadas para estimar os resultados financeiros da Companhia são prudentes, porém quaisquer mudanças no cenário macroeconômico podem ter impactos adversos na capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações de curto prazo. Caso a geração de caixa da Companhia, juntamente com suas reservas de caixa atuais, não seja suficiente para financiar seus passivos de curto prazo, a Administração buscará antecipadamente apoio financeiro de seus principais acionistas ou outras formas de ingresso de capital. Em conclusão, com base no atual saldo de caixa da Companhia, e na expectativa da Administração em relação aos custos operacionais e à geração de caixa, a Administração possui expectativa razoável de que a Companhia irá manter a continuidade de suas atividades pelo menos pelos próximos 12 meses.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Em 21 de março de 2024, a administração da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

b) Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional

De acordo com o CPC 02, os efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio, a moeda funcional é definida como moeda do ambiente econômico primário em que a entidade opera, ou seja, que efetivamente é o ambiente em que a entidade está inserida e a forma como é, de fato, administrada.

Analisando os fatores para determinação da moeda funcional, a Administração concluiu que a maior parte da Produção de Ferro da MMI será destinada ao Mercado de Exportação. Uma vez que o Minério de Ferro é determinado pelo Índice de Minério de Ferro (Platts) que é precificado em dólares americanos (incluindo multas, prêmios etc.) entende-se que a sua receita está predominantemente atrelada à moeda dólar.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

c) Moeda funcional--Continuação

Os indicadores primários e secundários avaliados pela Administração demonstram que o dólar refletirá melhor a moeda do principal ambiente em que a entidade opera.

No contexto operacional da Companhia, boa parte da produção de ferro foi destinada ao mercado externo. Adicionalmente, a Companhia possui um único comprador para 100% dos seus volumes de exportação. Os preços de venda do minério de ferro para o mercado externo são integralmente (incluindo multas, prêmios e etc.) determinados pelo Índice Internacional de Minério de Ferro (“*Platts*”) em USD.

Com base no CPC 02 a MMI aplicou todos os procedimentos necessários à nova moeda funcional, prospectivamente, a partir da data da mudança, que foi 1º de janeiro de 2022.

Em atendimento à legislação brasileira e de acordo com o pronunciamento CPC 02 - Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, convertendo a moeda funcional (Dólar) para a moeda de apresentação (Reais), sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio de fechamento do período, as contas de resultado pela taxa de câmbio na data da ocorrência e o patrimônio líquido pelo valor histórico de formação. O efeito da conversão para a moeda de apresentação é apresentado no patrimônio líquido como “Ajustes acumulados de conversão”.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Instrumentos financeiros e operações de hedge

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contém um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros e operações de hedge--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ajustados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos.

Instrumentos financeiros derivativos

A operação com instrumentos financeiros derivativos, contratada pela Companhia, resume-se em “*Swap*”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial e aquisição de bens para o ativo imobilizado. São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de “*hedge*” de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangente” no patrimônio líquido.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros e operações de hedge--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia designa o instrumento de “*hedge*” relacionado a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “*hedge*” de fluxo de caixa. No início da relação de “*hedge*”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “*hedge*” e o item objeto de “*hedge*” de acordo com o objetivo da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “*hedge*” e de maneira continuada, e documentam se o instrumento de “*hedge*” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “*hedge*”, atribuível ao risco sujeito a “*hedge*”.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos, financiamentos e debênture que possuem operações de swap são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício, exceto pelo período de construção de ativos para os quais os recursos captados através da emissão de debêntures ainda estiverem em construção, onde neste caso os juros serão capitalizados no imobilizado.

Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

3.4. Imobilizado

O imobilizado é apresentado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros, variação cambial e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O imobilizado contém adiantamentos para prestação de serviços ou aquisições de itens de ativo fixo efetuado com base em contratos vigentes e são reclassificados para o devido grupo de contas quando os serviços ou equipamentos instalados estiverem aptos para sua utilização e geração de caixa.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são registrados diretamente na demonstração do resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear para parte civil, instalações e equipamentos administrativos, e método por unidade produzida para os equipamentos operacionais, levando em consideração a vida útil-econômica desses bens.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.4. Imobilizado--Continuação

Descomissionamento de ativos

No reconhecimento da provisão de desmobilização de ativos e passivos ambientais, o custo correspondente é capitalizado como parte do ativo imobilizado e é depreciado pela vida útil dos ativos minerários correspondentes. O passivo de longo prazo é descontado ao valor presente utilizando uma taxa antes dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e registrado contra o resultado do exercício e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao fechamento da mina ou desativação dos ativos minerários. Os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações não são abatidos do montante provisionado. É necessário o julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmobilização de ativos, tais como, taxa de juros, custo de fechamento, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor provisionado. Portanto, a Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas aos custos de encerramento da mina como uma estimativa contábil crítica e as revisa anualmente.

3.5. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado anualmente.

O valor recuperável de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC) é o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida, no resultado do exercício, caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.5. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros--Continuação

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, sendo o limite da reversão o valor contábil, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.6. Demais ativos e passivos circulantes e não circulante

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

3.7. Tributação

Impostos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 1,65%.
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,6%.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.7. Tributação--Continuação

Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, computados sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, e 9% para contribuição social. As adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A Companhia é tributada através do regime de tributação do Lucro Real.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e saldos de prejuízos fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço, sendo o saldo mantido na extensão em que sua recuperação seja provável, com base nos lucros tributáveis futuros.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos quando relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.8. Provisões (incluindo contingências)

Provisões são reconhecidas quando há obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar tal obrigação, com base em uma estimativa confiável do valor. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.8. Provisões (incluindo contingências)--Continuação

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases trimestrais.

3.9. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando i) seu valor pode ser mensurado de forma confiável; ii) todos os riscos e benefícios econômicos inerentes ao produto são transferidos para o comprador; iii) a Companhia não detém mais o controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que benefícios econômicos são gerados a favor da Companhia. As transações de exportação são 100% efetuadas entre partes e a transferência de propriedade ocorre no momento do embarque do navio (FOB Porto - ambiente alfandegado). O valor reconhecido reflete o valor que a Companhia espera ter direito em troca desses bens. Os contratos de vendas são avaliados para determinar o desempenho das obrigações, o preço da transação e o ponto em que ocorre a transferência do controle.

A receita é derivada das vendas de mercadorias e é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, após dedução de descontos, descontos por volume, imposto sobre valor agregado e outros impostos sobre vendas caso se apliquem.

As vendas de exportação são demonstradas pelo valor faturado com base em estimativas de preços futuros e pelo valor fixo para determinados contratos, de tal forma que o preço provisório seja a melhor estimativa de valor no momento da transação, ou seja, no momento do embarque.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.9. Reconhecimento de receita--Continuação

As vendas com base em estimativas de preços futuros são marcadas a mercado em cada data de relato, usando o preço a prazo do período equivalente ao descrito no contrato. A receita de vendas com preços provisórios é reconhecida com o preço de mercado a termo quando o controle passa para o cliente e é classificado como receita de contratos com clientes. A marcação a mercado subsequente ou ajustes são reconhecidos na receita de outras fontes.

As vendas com base no valor fixo são marcadas usando o preço e prazo equivalente ao descrito no contrato, e reconhecida quando o controle passa para o cliente

Venda de produtos (minério de ferro)

Para contratos com clientes nos quais a venda de produtos é geralmente designada como única obrigação de desempenho, não são esperados impactos significativos na demonstração de resultado da Companhia com a adoção da IFRS 15. A Companhia entende que o reconhecimento da receita ocorrerá quando o controle do produto é transferido para o cliente, geralmente na entrega da mercadoria.

3.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Itens relevantes sujeitos a julgamentos e estimativas são: vida útil do ativo imobilizado e intangível, perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para contingências.

3.11. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.12. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são contratações de serviços portuários e foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis a partir de 01 de Janeiro de 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 17 - Contratos de seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis a partir de 01 de Janeiro de 2023-- Continuação

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis a partir de 01 de Janeiro de 2023-- Continuação

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12-- Continuação

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e bancos	10.869	955
Aplicações financeiras	94.690	326.816
	<u>105.559</u>	<u>327.771</u>

As aplicações financeiras são realizadas em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Letras Financeiras remunerados até 105% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

5. Estoques

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Almoxarifado	72.899	14.346
Produto acabado	33.668	26.126
Produto em processo	6.263	-
	<u>112.830</u>	<u>40.472</u>

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou a avaliação de seu estoque comparando-o ao preço de mercado e não identificou necessidade de registro de quaisquer provisões para perdas em estoque de minério de ferro, seja por motivos de obsolescência ou por redução ao valor recuperável.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

6. Impostos a recuperar

	2023	2022
<u>Circulante</u>		
IRRF sobre aplicações financeiras e derivativos (a)	20.783	5.863
PIS e COFINS (b)	46.739	6.979
ICMS a recuperar (c)	81	1.138
IRPJ antecipado (d)	-	257
	67.603	14.237
<u>Não circulante</u>		
ICMS a recuperar (c)	6.408	4.552
PIS e COFINS (b)	6.553	21.480
IRPJ antecipado (d)	3.163	-
	16.124	26.032
	83.727	40.269

- (a) O saldo referente ao crédito de imposto de renda retido na fonte (IRRF) é decorrente do imposto incidente sobre os resgates de aplicações financeiras e do recebimento das operações de SWAP.
- (b) O saldo referente aos créditos de PIS e de COFINS é decorrente da utilização de insumos, serviços e aquisição de ativo imobilizado alocados no processo produtivo da Companhia. Em 2023, esses créditos foram parcialmente compensados com imposto federais devidos no ano.
- (c) Os saldos de ICMS a recuperar se referem aos créditos decorrentes das aquisições de ativos imobilizados e operações correntes, os quais estão previstos para serem compensados através do aproveitamento do benefício da utilização dos créditos acumulados para aquisição de máquinas e equipamentos ligados a atividades de mineração. A Companhia tem a intenção de adquirir equipamentos usando créditos de ICMS, caso esta alternativa se mostre inviável ao longo do tempo, a Companhia ainda disporá da alternativa de vender o crédito a terceiros.
- (d) Saldo de IRPJ e CSLL verificado ao final do ano calendário, após contrapor IRPJ e a CSLL antecipados com IRPJ e CSLL apurado ao final do ano calendário. Foi solicitado a restituição dos valores, porém, aguardamos análise da Receita Federal para liberação dos valores.

7. Despesas antecipadas

	2023	2022
Seguros diversos	8.788	9.607
Despesas logísticas	19.437	-
	28.225	9.607

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

8. Adiantamentos a terceiros

	2023	2022
Adiantamento para aquisição de terrenos para compensação ambiental (a)	22.918	20.359
Adiantamento a fornecedores	24.100	6.547
Adiantamentos a funcionários	181	134
Royalties CEFAR (b)	-	12.500
	47.199	39.540

- (a) Refere-se a aquisição de áreas que serão transferidas para o Governo do Estado de Minas Gerais como forma de compensação espeleológica e florestal. Considerando que a Companhia ainda detém legalmente a titularidade dos terrenos, foi registrado um ativo e um passivo, que será compensado assim que a documentação for finalizada (expectativa de finalização e transferência em 2024).
- (b) Refere-se a saldo de adiantamento para pagamento de royalties aos detentores dos direitos minerários.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado

	Terreno	Máquinas e equipamentos	Veículos	Instalações	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Informática	Obras em andamento (i)	Ativo Ambiental (ii)	Outros	Total
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	11.766	5.861	1.150	1.556	1.518	4.019	272.402	-	3.961	302.233
Adições	-	4.064	1.242	666	277	2.904	679.863	31.408	1.437	721.861
Depreciação	-	(3.618)	(93)	(407)	(322)	(1.213)	-	-	(3)	(5.656)
Efeito Moeda Funcional	(765)	(277)	(26)	(75)	(70)	(259)	(12.919)	-	(237)	(14.628)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	11.001	6.030	2.273	1.740	1.403	5.451	939.346	31.408	5.158	1.003.810
Adições	475	44.425	63	8.671	1.067	3.644	186.949	97.625	2.832	345.751
Depreciação	-	(3.244)	205	(1.074)	(412)	(1.718)	-	-	(4)	(6.247)
Transferência	-	533	-	-	-	2	4.913	-	(5.448)	-
Efeito Moeda Funcional	(791)	(1.853)	(207)	(180)	(72)	(302)	(70.779)	(2.267)	(73)	(76.524)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	10.685	45.891	2.334	9.157	1.986	7.077	1.060.429	126.766	2.465	1.266.790
Saldos acumulados										
Custo	11.766	31.594	8.268	7.391	2.932	9.578	952.265	31.408	5.398	1.060.600
Depreciação acumulada	-	(25.287)	(5.969)	(5.576)	(1.458)	(3.868)	-	-	(3)	(42.161)
Efeito da conversão para reais	(765)	(277)	(26)	(75)	(71)	(259)	(12.919)	-	(237)	(14.629)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	11.001	6.030	2.273	1.740	1.403	5.451	939.346	31.408	5.158	1.003.810
Custo	12.241	76.019	8.331	16.062	3.999	13.222	1.139.214	129.033	8.230	1.406.351
Depreciação acumulada	-	(28.531)	(5.764)	(6.650)	(1.870)	(5.586)	-	-	(7)	(48.408)
Transferência	-	533	-	-	-	2	4.913	-	(5.448)	-
Efeito da conversão para reais	(1.556)	(2.130)	(233)	(255)	(143)	(561)	(83.698)	(2.267)	(310)	(91.153)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	10.685	45.891	2.334	9.157	1.986	7.077	1.060.429	126.766	2.465	1.266.790

(i) Os ativos em andamento constituem, principalmente, investimentos realizados para construção da nova planta de Tico-Tico que entrará em operação no início de 2024. As adições ao imobilizado no período de 2020 a 2023 se referem a estudos, pesquisas, infraestruturas, máquinas, e equipamentos que atenderão a mina Ipê e nova planta de Tico-Tico. Além dos itens mencionados anteriormente estão sendo capitalizados os juros das debêntures emitidas em agosto de 2022 e agosto de 2023, os rendimentos de aplicações financeiras proveniente dos recursos adquiridos, bem como o resultado da operação com swap contratado com a finalidade de proteção do câmbio na aquisição de máquinas e equipamentos para a nova planta.

(ii) Ativo ambiental se refere ao valor justo da provisão para descomissionamento da mina, ou seja, a melhor estimativa dos gastos para recuperação da área minerada. Em 2023, não ocorreu nenhuma amortização, pois, a Administração entendeu que o melhor momento para iniciar será em 2024, quando o projeto Tico-Tico entra em operação. A amortização será pela quantidade produzida.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado--Continuação

Depreciação e amortização

É constituída depreciação e amortização para todo o imobilizado com exceção de terrenos, que não são depreciados. As taxas de depreciação e amortização são baseadas na vida útil estimada dos bens, como segue:

- Edificações e benfeitorias - 10 a 30 anos
- Instalações - 3 a 5 anos
- Máquinas e equipamentos - 2 a 10 anos
- Outros - 3 a 10 anos

Recuperabilidade do ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a administração não identificou a existência de indicadores de que algum ativo pudesse estar acima do seu valor recuperável, portanto, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos foi reconhecida.

10. Intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2021	50.427
Direitos minerários	1.953
Amortização do período	(3.393)
Efeito da conversão para reais	(3.401)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>45.586</u>
Amortização do período	(2.058)
Reversão de amortização	2.880
Efeito da conversão para reais	(3.193)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>43.215</u>

O intangível apresentado se refere ao direito de exploração mineral de Tico-Tico e processamento dos finos de Ipê, adquiridos pela Companhia.

O intangível é amortizado ao longo do período de operação da planta Ipê e exploração/operação de Tico-Tico levando em consideração o volume operado em cada exercício.

Em 2022 a Companhia adquiriu três direitos minerários para futuras explorações, nos quais se encontram em processo de pesquisa a ser apresentado a ANM (Agência Nacional de Mineração) até 02 de fevereiro de 2026. Após tramitação do processo e aprovação dos órgãos competentes a Companhia solicitará a LO (licença de operação) e prazo estabelecido para exploração.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

10. Intangível--Continuação

Direitos Minerários

Em 2022, a Companhia arrematou os direitos minerários listados abaixo, disponibilizados, pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

Processo: 48054.832499/2022-31

Localizado em Brumadinho, possui Alvará de Pesquisa nº. 909 publicado pela ANM em 02/02/2023 com validade até 02/02/2026, período em que a Companhia efetuará pesquisas para avaliação do potencial da área.

Titularidade: Mineração Morro do Ipê

Substância: Minério de ferro

Tamanho: 52,52 hectares

Processo: 48054.832493/2022-64

Localizado nos municípios de Conselheiro Lafaiete / Itaverava / Santana dos Montes, possui Alvará de Pesquisa nº. 908 publicado pela ANM em 02/02/2023 com validade até 02/02/2026, período em que a efetuará pesquisas para avaliação do potencial da área.

Titularidade: Mineração Morro do Ipê

Substância: Minério de ferro

Tamanho: 305,08 hectares

Processo: 48054.832505/2022-51

Localizado no município de Mariana, está na fase de requerimento de pesquisa.

Titularidade: Mineração Morro do Ipê

Substância: Minério de ferro

Tamanho: 540,29 hectares

Recuperabilidade dos ativos intangíveis com vida útil definida

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a administração não identificou a existência de indicadores de que algum ativo pudesse estar acima do seu valor recuperável, portanto, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos foi reconhecida.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

11. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores de materiais (*)	26.933	118.040
Fornecedores de serviços (*)	62.252	20.615
Provisão de fornecedores (**)	66.886	38.108
	156.071	176.763

(*) Em 2023, representado por fornecedores de giro da operação e do projeto Tico-Tico.

(**) Referente principalmente a transporte ferroviário e rodoviário.

12. Empréstimos, financiamentos e operação de hedge

Debêntures emitidas

	Passivo circulante		Passivo não circulante	
	2023	2022	2023	2022
Debêntures em reais				
Principal	160.000	-	590.000	600.000
Juros	12.078	34.604	-	-
Custo de transação	(1.551)	(1.331)	(4.427)	(5.237)
	170.527	33.273	585.573	594.763

O passivo circulante e não circulante refere-se à Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real. A 2ª Emissão de Debêntures no valor de R\$600.000 ocorreu em 15 de agosto de 2022, com integralização na mesma data, e a 3ª Emissão de Debêntures no valor de R\$150.000 ocorreu em 16 de agosto de 2023, com integralização em 1º de setembro de 2023.

A totalidade dos recursos captados nesta emissão tem a finalidade de ser aplicado conforme a seguir:

- (i) Ao investimento na expansão da produção total de minério de ferro da MMI, incluindo a construção de nova usina de beneficiamento de minério de ferro denominada Tico-Tico, de modo a ampliar a capacidade total de produção da Emissora de aproximadamente 2,8 milhões de toneladas por ano para aproximadamente 8,8 milhões de toneladas por ano no âmbito da exploração, pela MMI, das concessões de lavra na região de Serra Azul, Estado de Minas Gerais, relativas às minas de Tico-Tico e Ipê e pagamento de sobrecustos na implantação do projeto;
- (ii) Repagamento dos empréstimos contraídos junto aos acionistas diretos ou indiretos da MMI existentes em 5 de agosto de 2022, com valor de principal agregado de US\$25 milhões (R\$130.412.500,00 equivalentes em reais); e

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos, financiamentos e operação de hedge--Continuação

Debêntures emitidas--Continuação

(iii) A sobra de saldo, para propósitos corporativos gerais, incluindo, sem limitação, reforço de caixa e capital de giro da Companhia.

As movimentações desses empréstimos e financiamentos são apresentadas abaixo:

	2023	2022
Saldo Inicial	628.036	-
Captação	150.000	600.000
Juros apropriados	99.009	34.604
Amortização de juros	(121.535)	-
Custo da transação	(1.660)	(6.540)
Amortização do custo da transação	1.918	-
Ajuste de conversão	332	(28)
	<u>756.100</u>	<u>628.036</u>

Debênture	Indexador/juros	Vencimento	Saldo em	
			2023	2022
2º Emissão de debêntures	100% DI + Spread 2,10%	15/08/2027	609.645	634.604
3º Emissão de debêntures	100% DI + Spread 2,22%	15/08/2028	152.433	-
Custos de transação			(5.978)	(6.568)
			<u>756.100</u>	<u>628.036</u>

Em 2023, foram emitidas R\$150.000 debêntures simples, ou seja, não-conversíveis em ações, pelo valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), com vencimento em 5 anos a partir da data de emissão (15 de agosto de 2028). Estas debêntures têm prazo de carência de juros de 3 meses e de amortização de 18 meses a partir da data de emissão.

A periodicidade de pagamento de juros e amortização é trimestral a partir do fim da carência, sendo a primeira parcela de juros devida em 15 de novembro de 2023 e de amortização em 15 de fevereiro de 2025.

Em 2022, foram emitidas 600.000 debêntures simples, ou seja, não-conversíveis em ações, pelo valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), com vencimento em 5 anos a partir da data de emissão (15 de agosto de 2027). Estas debêntures têm prazo de carência de juros de 1 ano e de amortização de 18 meses a partir da data de emissão. A periodicidade de pagamento de juros e amortização é trimestral a partir do fim da carência, sendo a primeira parcela de juros devida em 15 de agosto de 2023 e de amortização em 15 de fevereiro de 2024.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos, financiamentos e operação de hedge--Continuação

Debêntures emitidas--Continuação

As parcelas classificadas no passivo circulante e não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2023	2022
Ano de vencimento		
Até 2 anos	360.000	160.000
De 2 a 3 anos	200.000	160.000
De 3 a 4 anos	160.000	160.000
Acima de 4 anos	30.000	120.000
	750.000	600.000
Juros	12.078	34.604
Custos de transação	(5.978)	(6.568)
	756.100	628.036

Os contratos de empréstimos e financiamentos da companhia são garantidos por alienação fiduciária das ações da Companhia, de seus bens e equipamentos e do fluxo de caixa de recebíveis.

Face aos contratos de financiamentos, há obrigações financeiras e não financeiras assumidas que devem ser cumpridas. Dentre elas, podem ser destacados: (a) utilização da estruturação *waterfall* de contas correntes; (b) composição e manutenção do saldo mínimo da Conta Reserva i) a partir de 16 de maio de 2024 para pagamento da próxima parcela vincenda de principal e juros da 2ª Emissão e ii) a partir de 16 de novembro de 2024 para pagamento da próxima parcela vincenda de principal e juros da 3ª Emissão, de forma que a partir de 1º de fevereiro de 2025 seja mantido o saldo mínimo de ambas Emissões; (c) após 31 de dezembro de 2024, manutenção do *covenant* de índice de cobertura da dívida (ICSD) acima de 1,5; (d) apresentação dos demonstrativos de resultados auditados; e (e) manutenção dos seguros operacionais.

Tendo em vista o atraso na emissão da Licença Operacional de Tico-Tico, que ocasionou a postergação do início do *ramp-up* das operações da nova usina, as Escrituras da 2ª e 3ª Emissão de Debêntures, contrato de Cessão Fiduciária e de Serviços de Depositário foram aditados em 21 de dezembro de 2023 para alterar as regras para composição e manutenção do Saldo Mínimo da Conta Reserva, já descritos no parágrafo anterior.

Em 31 de dezembro de 2023, os *covenants* exigidos foram atendidos, considerando as regras, prazo para cumprimento, e períodos de medição de cada *covenants* individualmente, além da manutenção do caixa em conta garantida.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos, financiamentos e operação de hedge--Continuação

Operações com derivativos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Derivativos designados como instrumento de hedge		
<u>Swap de proteção cambial</u>		
Ativo circulante	42.436	58.049
Ativo não circulante	19.936	11.044
Total de operações com derivativos	62.372	69.093
Passivo não circulante	14.119	56.957
Posição passiva de hedge accounting	48.253	12.136

Alinhado a gestão de riscos da MMI e sua moeda funcional, por interesse da MMI e do Bradesco BBI, em agosto de 2022 quando assinaram o documento de termos e condições gerais da emissão das debêntures, acordaram que a integralidade do valor de emissão, bem como todo fluxo de caixa do serviço da dívida (pagamentos de amortizações e juros) seriam convertidos para dólares-americanos a uma taxa fixa por meio da contratação de um instrumento financeiro derivativo, o swap cambial e de fluxo de caixa. As Notas de Negociação de Operação de Swap possuem início de vigência *pari passu* com a integralização da 2ª e 3ª Emissão de Debêntures, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações previstas em contrato, ou seja, tendo início em 15 de agosto de 2022 e 01 de setembro de 2023, respectivamente.

O instrumento de endividamento gerou uma exposição cambial em relação a moeda Reais e exposição ao indexador de juros CDI.

Desta forma, na mesma data de assinatura da Escritura foi contratado também o swap com Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") com data de início programada para a mesma data de emissão das debêntures, isto é 15 de agosto de 2023 e 2022. O instrumento, que é classificado como *hedge* de fluxo de caixa possui as seguintes características:

2ª Emissão de Debêntures:

- (a) Ponta ativa da MMI ou Ponta passiva do banco:
- Valor nominal: R\$600.000.000,00
 - Indexador do fluxo de caixa dos juros: CDI + 2,10% ao ano
- (b) Ponta passiva da MMI ou Ponta ativa do banco:
- Taxa de câmbio de conversão para dólares: R\$5,1814
 - Valor nominal: US\$115.798.818,85
 - Indexador do fluxo de caixa dos juros: 6,73% ao ano

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos, financiamentos e operação de hedge--Continuação

Operações com derivativos--Continuação

3ª Emissão de Debêntures:

- (a) Ponta ativa da MMI ou Ponta passiva do banco:
- Valor nominal: R\$150.000.000,00
 - Indexador do fluxo de caixa dos juros: CDI + 2,22% a.a.
 - Base: 252 (exponencial)
- (b) Ponta passiva da MMI ou Ponta ativa do banco:
- Taxa de câmbio de conversão para dólares: R\$4,9682
 - Valor nominal: US\$30.192.021,26
 - Indexador do fluxo de caixa dos juros: 8,16% a.a.
 - Base: 360 (linear)

Assim, o instrumento derivativo de *swap* permite que a Companhia receba do banco o ajuste equivalente à variação cambial e juros em caso de ajuste positivo. Por outro lado, para o ajuste negativo, a Companhia deverá pagar ao banco o equivalente à variação cambial e juros. O valor do ajuste positivo ou negativo é creditado ou debitado em uma conta corrente vinculada da Companhia destinada para liquidações dos ajustes dos *swaps*.

Com a contratação dos instrumentos derivativos, a exposição cambial deixa de existir, passando o valor total devido de principal e juros denominados em Reais para Dólares, que é a moeda funcional da MMI. A exposição ao CDI também passa a ser nula, já que a taxa de juros a pagar passa a ser fixa sem indexação a qualquer índice. As operações compartilham *pari passu* as garantias que as debêntures dispõem: alienação fiduciária das ações da Companhia, de seus bens e equipamentos e do fluxo de caixa de recebíveis reais e de recebíveis da MMI. Os instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações reconhecidas em resultados abrangentes.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos, financiamentos e operação de hedge--Continuação

Operações com derivativos--Continuação

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos pelo valor justo na data da celebração dos contratos e são, subsequentemente, remensurados ao seu respectivo valor justo. Quando este for positivo, será registrado como ativo financeiro, e quando for negativo, passivo financeiro. O valor justo é composto pela soma dos fluxos de caixa projetados para as curvas ativas e passivas, descontados a valor presente. Para projeções foram utilizadas as curvas futuras de DI e de conversão de Dólares para Reais disponível na B3. Como contrapartida, até que as projeções se realizem, o valor justo integra o patrimônio líquido da Companhia, conforme disposto abaixo:

	Reserva de hedge de fluxo de caixa
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.789
Swap	(1.680)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.109

Os montantes classificados no ativo circulante e não circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido possuem o seguinte cronograma projetado de pagamento:

Ano de vencimento	2023	2022
2023	-	58.049
2024	42.436	11.045
2025	16.807	(7.815)
2026	1.896	(23.472)
2027	(9.057)	(25.671)
2028	(3.829)	-
Total	48.253	12.136

Como o instrumento é intrínseco ao Projeto Tico-Tico, as apropriações de derivativo serão capitalizadas no ativo imobilizado, até sua entrada em operação. As apropriações que não foram liquidadas entre as partes, são contabilizadas no passivo e no ativo.

13. Partes relacionadas

	Contas a receber	
	2023	2022
Trafigura PTE	127.018	235.534
	127.018	235.534

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

13. Partes relacionadas--Continuação

A parte relacionada Trafigura PTE é o principal cliente da Companhia correspondendo aproximadamente 90% do total das vendas em 31 de dezembro de 2023 (83% em 31 de dezembro de 2022). O montante a receber refere-se integralmente a exportação de minério de ferro, conforme preço da *commodity* e fixo definido em contrato, corrigido pelas flutuações de prêmio e penalidades da *commodity* entre o embarque e 60 dias após o embarque. Nesse sentido 75% do montante da venda é recebido na data do embarque com o valor corrigido por atualizações de preço de prêmio e penalidades entre a data de encerramento do exercício e a data de vencimento da fatura, de forma a registrar sua efetiva expectativa de recebimento dos saldos.

Não há juros incidentes sobre contas a receber de clientes, pois os prazos para pagamentos são respeitados pelos clientes conforme estabelecidos em contratos de venda a preço futuro.

	Contas a pagar	
	2023	2022
Porto Sudeste (a)	226.864	100.073
Trafigura PTE (b)	34.013	37.172
	260.877	137.245

(a) Contratos de prestação de serviços portuários.

(b) A Trafigura PTE efetua a venda externa e garante a venda do minério produzido pela MMI. Como contrapartida a MMI paga um percentual específico sobre as vendas efetuadas no mercado externo a título de agenciamento. A liquidação deste montante ocorrerá uma vez que o projeto Tico-Tico entrar em operação.

Remuneração do pessoal-chave

A Companhia efetuou pagamentos a título de remuneração no montante de R\$3.863 (R\$3.405 em 31 de dezembro de 2022) refere-se à remuneração dos administradores-chave da Companhia pagos em 2023.

14. Impostos a recolher

	2023	2022
IRPJ e CSLL	-	5.756
ICMS	418	466
PIS e COFINS	173	256
ISS	3.043	1.852
CFEM	3.483	5.873
INSS retidos	2.164	1.346
IRRF s/salários	3.617	1.093
Tributos s/ importação	129	3.806
TFRM	796	918
Outros	375	225
	14.198	21.591

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	2023	2022
INSS a recolher	2.153	1.584
FGTS a recolher	699	555
Provisão férias e encargos	10.192	6.659
Participação nos resultados	13.996	9.511
	27.040	18.309

16. Obrigações com terceiros

	2023	2022
Circulante		
TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) (a)	6.211	4.612
TCCF (Termo de Compromisso de Compensação Florestal) (b)	22.918	22.511
	29.129	27.123
Não Circulante		
TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) (a)	2.687	8.021
TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) das chuvas (c)	1.990	3.502
TAC (Barragens B1, B1 auxiliar e B2 Ipê) (d)	5.663	6.415
	10.340	17.938
	39.469	45.061

- (a) Refere-se a indenização e a adoção de medidas de controle e proteção das cavidades naturais subterrâneas propostas para compensação espeleológica em virtude dos danos causados às 53 cavidades naturais subterrâneas, localizadas na ADA da Mina Tico-Tico, nos municípios de Brumadinho, Igarapé e São Joaquim de Bicas, conforme determina o Decreto Estadual n 47.041/2016. Valor será pago em 60 parcelas, restando, em 31 de dezembro de 2023, 21 parcelas.
- (b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Florestal que estabelece a medida compensatória de natureza florestal prevista nos arts. 17 e 32 da Lei Federal n 11.428/2006 c/c artigos 26 e 27 do Decreto no. 6.660/2008, em decorrência da intervenção em vegetação nativa pertencente ao Bioma Mata Atlântica, conforme apurado nos autos do processo de licenciamento ambiental do empreendimento, PA COPAM no. 37478/2016/031/2018, cujo parecer único de compensação Florestal - SUPPRI_02/2019, obteve a chancela e aprovação na 31ª Reunião Extraordinária da Câmara Temática de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas - CPB, realizada em 08/05/2019. Este montante reflete o valor dos terrenos que serão transferidos para o Governo do Estado de Minas Gerais como forma de compensação espeleológica e florestal, conforme descrito na Nota 7.
- (c) Refere-se a Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público em 3 de novembro de 2022 que visa a solução consensual do que restou apurado no
- Inquérito Civil nº 0301.19.000510-0 que ficou extinto e foi arquivado mediante a celebração do TAC, a título de compensação pelos danos ambientais em virtude das fortes chuvas de janeiro de 2022.
- (d) Refere-se a Termo de Compromisso firmado com o Ministério Público Estadual e Federal, FEAM e SEMAD em 24 de fevereiro de 2022 que visa a adoção de medidas para adequação da Ipê (Minas Ipê e Tico-Tico) ao que dispõe a Lei Estadual nº 23.291/2019, mediante fixação de medidas necessárias para a descaracterização das barragens B1 Auxiliar - Mina Tico-Tico, B2 - Mina Tico-Tico e B1 - Mina Ipê, com a estipulação de formas para reparação e compensação por danos morais coletivos decorrentes dos descumprimentos do prazo legal para a descaracterização das estruturas.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

17. Provisões de contingências

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Depósitos judiciais		
Trabalhistas	114	81
Cíveis	6.668	1.726
	6.782	1.807
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Causas trabalhistas	199	257
Causas de riscos cíveis	3.193	1.765
Causas ambientais	1.839	1.839
	5.231	3.861

Trabalhistas

Provisões referentes a ações envolvendo ex-empregados próprios e de empresas prestadoras de serviço através das quais pleiteiam-se verbas trabalhistas e previdenciárias diversas de 2019 a 2023, no montante atualizado de R\$199 (R\$257 em 2022).

Cíveis

Em setembro de 2020, a Companhia ajuizou ação de constituição de servidão de mina em face dos coproprietários da propriedade, matrícula 8920, requerendo que seja deferida a tutela de urgência para que fosse constituída a posse da Companhia no restante da gleba de 58,72ha pertencente aos coproprietários, com a finalidade de exercer atividade minerária. Em vistas ao deferimento da liminar e a imediata imissão provisória na posse da área serviente, a Companhia realizou o depósito prévio da quantia de R\$1.726 a título de indenização pela ocupação no terreno. A ação foi classificada como de “perda provável” conforme classificação de êxito pelos respectivos assessores legais. O montante atualizado é em 2023 é de R\$3.193 (R\$1.765 em 2022).

Ambiental

Em março de 2022, a Companhia foi autuada através do auto de infração nº 000718/2022 lavrado pela Secretária de Meio Ambiente de Igarapé por suposto lançamento irregular de efluentes contendo minério de ferro no Córrego Olaria, em decorrência das fortes chuvas ocorridas na região referente ao mês de janeiro de 2022. A Companhia apresentou defesa administrativa em face do referido Auto de Infração. Entretanto, em agosto de 2022, foi celebrado, entre o Município de Igarapé e a Companhia, Termo de Compromisso Ambiental - TCA, estabelecendo a suspensão da referida autuação até a conclusão do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA) previsto no TCA, com a consequente extinção da autuação até a conclusão do projeto. A autuação foi classificada como de “perda provável” conforme classificação de êxito pelos respectivos assessores legais. Em 2023, o valor provisionado é R\$1.280.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

17. Provisões de contingências--Continuação

Ambiental--Continuação

Em março de 2022, a Companhia foi autuada através do auto de infração nº 289034/2022 lavrado pela Secretária de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais em razão de supressão de vegetação nativa própria do bioma Mata Atlântica e ocorrência de deslizamentos de encosta em área do empreendimento. A autuação foi classificada como “perda provável” conforme classificação dos respectivos assessores legais. A Companhia apresentou defesa administrativa em face do referido Auto de Infração e aguarda análise da defesa por parte do Estado. Em 2023, o valor provisionado é de R\$364.

Provisões referente a outros processos diversos da ANM e SUPRAM. Em 2023 o montante atualizado é de R\$195.

Contingências possíveis

Durante o ano de 2023, foram ajuizadas em face da Companhia 116 novas ações indenizatórias iniciadas por moradores das comunidades que residem perto das barragens que compõem o complexo minerário da Companhia. As referidas ações pleiteiam indenizações principalmente alegando: (a) supostos danos morais e psicológicos em vista da proximidade com as barragens e inclusão na Zona de Autossalvamento - (ZAS) de tais estruturas; (b) suposta desvalorização dos respectivos imóveis por conta das chuvas ocorridas em janeiro de 2022. Tais ações são classificadas como “perda possível”, conforme classificação realizada pelos respectivos assessores legais, que envolvem o montante aproximado de R\$13.400.

Em novembro de 2023, foi ajuizada uma ação cautelar com medida liminar solicitando que a Companhia reservasse fisicamente 1.600.000 (um milhão e seiscentos mil) toneladas de minério do tipo sinter feed em favor do autor, por suposta obrigação contratual firmada entre a AVG e EMICON. A ação foi classificada como de “perda possível” conforme classificação dos respectivos assessores legais. Esta causa, tem o valor fixado em R\$8.000. Foi deferida liminar em desfavor da Companhia, mas posteriormente a Companhia obteve êxito em reverter tal liminar em 1ª e 2ª instâncias.

Em novembro de 2020, foi ajuizada ação indenizatória iniciada por um morador da comunidade que reside próximo ao complexo minerário da Companhia. O autor pleiteia: (i) danos materiais causados pela depreciação na fazenda por falta de água, consequentemente tendo sido impossibilitado de trabalhar no imóvel; (ii) danos morais por suposta negligência da Companhia com a infraestrutura das barragens, o que supostamente ocasionou enchentes em sua fazenda. A Companhia apresentou contestação e aguarda decisão judicial. Conforme avaliação dos assessores legais a ação foi classificada como “perda possível”. Em 2023, o montante atualizado é de R\$4.500 (R\$0 em 2022).

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

17. Provisões de contingências--Continuação

Contingências possíveis--Continuação

Existem outros processos administrativos e judiciais avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia como sendo de probabilidade de perda possível no montante aproximado de R\$19.226 em 31 de dezembro de 2023 (R\$12.200 em 31 de dezembro de 2022), para os quais nenhuma provisão foi constituída.

Ação Civil Pública n.º 0068003-47.2017.8.13.0301

Em 2017, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) ingressou com Ação Civil Pública (ACP) em face das empresas MMX Sudeste Mineração e Mineração Morro do Ipê com objetivo de obrigar as rés a realizar ações preventivas de estabilidade das barragens do complexo minerário operado pela Companhia. O valor atribuído a ação é de R\$1.000, e as chances de perda foram classificadas inicialmente pelos assessores legais como possível.

Entretanto, em 2018, após a Companhia comprovar através da apresentação de relatórios técnicos que as barragens têm grau de estabilidade atestado por consultoria externa, foi celebrado acordo judicial com o Ministério Público (MP) para que a Companhia cumprisse ações já previstas em legislação, especificamente, à elaboração do Plano de Ação de Emergência de Barragens (PAEBM). O acordo foi homologado em juízo, e se encontra em pleno efeito sem multa indenizatória ou compensatória.

O processo havia sido arquivado e as ações estabelecidas vinham sendo cumpridas tempestivamente. No entanto, em decorrência do acidente na data de 25 de janeiro de 2019 na barragem da Mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale. Em 8 de fevereiro de 2019, o MP ingressou pedido com tutela de urgência nos autos da ação Civil Pública objetivando a paralisação de quaisquer atividades relacionadas às barragens de rejeito da Companhia. Tal pedido foi acatado pelo juízo, sendo determinado que a Companhia realizasse nova auditoria em suas barragens, além da antecipação de todas as ações previstas no Termo de Ajustamento de Conduta. Não obstante, a Companhia requereu a reconsideração do juízo, apresentando laudos que comprovam a estabilidade das estruturas, além do informativo da ANM de não constatação de quaisquer instabilidades das estruturas que justificassem a paralisação da Companhia.

Dessa forma, a juíza da ação, em consonância com o MP, aceitou os documentos apresentados, bem como autorizou a retomada das atividades da Companhia unicamente em relação a barragem B1 Auxiliar (a qual foi paralisada novamente após decisão do órgão ambiental que revogou Termo de Ajustamento de Conduta que permitia a operação da estrutura).

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

17. Provisões de contingências--Continuação

Ação Civil Pública n.º 0068003-47.2017.8.13.0301--Continuação

Foi acordado entre as partes, que a Companhia providenciaria um novo relatório de auditoria por empresa terceira diferente daquela que até então havia prestado informações no processo judicial, bem como antecipação das ações do TAC firmado com o Ministério Público. A Companhia vem cumprindo tempestivamente os novos prazos estabelecidos em juízo.

Em 2020, foram concluídas todas as etapas necessárias para a apresentação dos novos relatórios de estabilidade das barragens sendo todos documentos apresentados em juízo, bem como, fornecidos os devidos esclarecimentos solicitados pelo MP.

Em 2021, o MP apresentou parecer sobre o cumprimento do TAC e solicitou alguns esclarecimentos. Reiterou, também, pedidos liminares.

Após manifestação da empresa em 24 de janeiro de 2022, o MP informou que os documentos apresentados seriam analisados e, caso necessário, seriam tomadas as providências cabíveis pelas vias próprias.

Em 1º de fevereiro de 2022, foi determinado o arquivamento dos autos, no qual foi definitivamente arquivado em 5 de abril de 2022.

As questões tratadas na ACP referentes ao PAEBEM continuam em análise pelo MP fora dos autos da ação, o que não descarta a possibilidade de o MP questionar tal cumprimento, posteriormente, por meio de instrumento processual próprio. Em 11 de julho de 2022, foi ajuizado ação de cumprimento de sentença pelo MP, o qual, após as devidas providências pela Companhia, inclusive a celebração do TAC em 10 de agosto de 2022, foi definitivamente encerrado em 30 de novembro de 2022, mediante homologação judicial do acordo celebrado entre as partes.

18. Provisão para descomissionamento de ativos

A Companhia está sujeita as regulamentações, que preveem a obrigação de descomissionar os ativos em que opera ao término de sua vida útil. Estas obrigações são regulamentadas pela ANM no âmbito federal e por órgãos ambientais nos âmbitos estaduais. Dentre os requerimentos, os planos de descomissionamento devem considerar a estabilidade física, química e biológica das áreas e ações de pós fechamento pelo período necessário para verificar a eficácia das medidas adotadas de descomissionamento. Essas obrigações estão provisionadas e estão sujeitas a estimativas e premissas críticas aplicadas na mensuração dos custos pela Companhia.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

18. Provisão para descomissionamento de ativos--Continuação

Adicionalmente, a implementação de ações de uso futuro, após o término do descomissionamento, não está prevista em lei. Contudo, a Companhia está estudando uma governança que avalie possibilidades de uso futuro, tendo em vista as aptidões, a intenção de uso pós-operacional, desenvolvimento socioeconômico da comunidade e as características dos meios físico e biótico de cada localidade onde a Companhia opera. Eventuais compromissos futuros, se assumidos pela Companhia, poderão resultar em impacto material no valor da provisão.

É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmobilização de ativos, tais como, taxa de juros, custo de fechamento, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de cada mina. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor provisionado. Então, a Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas aos custos de encerramento da mina como uma estimativa contábil crítica e as revisa anualmente.

No reconhecimento da provisão de desmobilização de ativos e passivos ambientais, o custo correspondente é capitalizado como parte do ativo imobilizado e depreciado pela vida útil dos ativos minerários correspondentes. O passivo de longo prazo é descontado ao valor presente utilizando uma taxa antes dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e registrado contra o resultado do exercício e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao fechamento da mina ou desativação dos ativos minerários. Os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações não são abatidos do montante provisionado.

A provisão para descomissionamento de ativos se refere a gastos com desmobilização e reestruturação das atividades e reabilitação das áreas pesquisadas, mineradas e degradadas durante o período de extração e exploração que serão incorridos durante e depois do encerramento das atividades da Companhia. Estas provisões foram constituídas com base nas estimativas dos fluxos de desembolsos da Companhia levando em consideração a vida útil da Mina. A taxa de desconto utilizada foi de 7,02% a.a.. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia provisionou R\$31.408, e após reavaliação de premissas em 2023, tais como a revisão e atualização das mudanças que ocorrerem nas áreas, ações de mitigação de impactos e dos programas de monitoramento, mudanças ocorridas no domínio de influência do projeto e atualização da taxa de desconto resultou em 31 de dezembro de 2023 no complemento da provisão de R\$97.625 com montante total de R\$129.033.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

19. Patrimônio líquido

Capital social

O Capital Social abrange não só as parcelas entregues pelos acionistas como também os valores obtidos pela sociedade e que, por decisões dos proprietários, se incorporam ao Capital Social, representando uma espécie de renúncia a sua distribuição na forma de dinheiro ou de outros bens.

Em 30 de março de 2022 e 27 de maio de 2022, a Companhia realizou aumentos de capital social totalizando R\$51.635 divididos em 47.027.935 ações ordinárias nominativas, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária. As ações ordinárias emitidas são de propriedade do Fundo de Investimentos Participações Ipê Mineração.

Em 1º de julho de 2022 a Companhia por meio de Assembleia Geral Extraordinária decidiu destinar para novo aumento de capital social o lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2021, após constituição de reserva legal, para R\$88.706 perfazendo um capital social total de R\$490.732, dividido em 435.488.416 ações ordinárias nominativas.

Em 17 de maio de 2023 a Companhia por meio de Assembleia Geral Extraordinária decidiu realizar novo aumento de capital social destinando o saldo de lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2022, após a constituição da reserva legal, para R\$172.705, totalizando um capital social de R\$663.437, dividido em 435.488.416 ações ordinárias nominativas.

Reserva legal

As reservas de capital representam acréscimos efetivos aos ativos da companhia que não foram originados dos lucros auferidos em suas operações, por não representarem efeitos de seus próprios esforços, mas assim de contribuições de acionistas ou de terceiros para o patrimônio líquido da companhia com o fim de propiciar recursos para o capital.

Reserva Legal - tem por objetivo assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia constituiu nova reserva legal conforme determinação da Lei nº 6.404/76, aumentando-a em R\$9.090 perfazendo um total de reserva legal para R\$13.759.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

19. Patrimônio líquido--Continuação

Reserva legal--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia seguindo a Lei nº 6.404/76, parágrafo único do art.189, utilizou a reserva legal de R\$13.759 para compensar o prejuízo acumulado no exercício de 2023.

Swap Perda/Ganho (Hedge de fluxo de caixa)

A Companhia contratou operações de *hedge* para proteger seu fluxo de caixa contra o risco de mercado relacionado à sua dívida atribuída ao investimento em sua nova planta operacional, principalmente o risco cambial. A operação de *hedge* cobre grande parte da dívida em reais, e são utilizadas operações de swap e a termo para converter a dívida financeira em reais para dólares americanos, buscando fluxos semelhantes ao da dívida financeira de acordo com as condições de liquidez de mercado.

Alinhado à gestão de riscos da MMI e sua moeda funcional, por interesse da MMI e do Bradesco BBI, em agosto de 2022 quando assinaram o documento de termos e condições gerais da emissão das debêntures, acordaram que a integralidade do valor de emissão, bem como todo fluxo de caixa do serviço da dívida (pagamentos de amortizações e juros) seriam convertidos para dólares-americanos a uma taxa fixa por meio da contratação de um instrumento financeiro derivativo, o swap cambial e de fluxo de caixa. As Notas de Negociação de Operação de Swap possuem início de vigência *pari passu* com a integralização da 2ª e 3ª Emissão de Debêntures, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações previstas em contrato, ou seja, tendo início em 15 de agosto de 2022 e 01 de setembro de 2023, respectivamente.

Ajustes acumulados de conversão

Seguindo os fatores de determinação explícitos no CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das demonstrações financeiras a Administração definiu como moeda funcional da Companhia o Dólar norte americano, que melhor reflete o ambiente econômico na qual está inserida e forma como é, de fato, administrada. As variações cambiais resultantes da conversão de ativos, passivos e resultado da moeda funcional para a moeda de apresentação estão registradas nessa conta.

Reserva de Lucros

São reservas constituídas a partir das destinações do lucro líquido do exercício, por proposta dos órgãos da administração à assembleia de acionistas. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

19. Patrimônio líquido--Continuação

Reserva de Lucros--Continuação

A Companhia apurou em 31 de dezembro de 2022 R\$181.795, de lucro líquido no exercício, dos quais R\$9.090 foram transferidos para reserva legal, R\$43.176 foi destinado a dividendos mínimos obrigatórios e R\$129.529 serão deliberados após Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no exercício de 2023, para aumento do capital social, sem a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios.

Em 17 de maio de 2023 a Companhia por meio da Assembleia Geral Extraordinária destinou o lucro líquido do exercício de 2022, após constituição da reserva legal, no montante de R\$172.705 para aumento de capital social.

20. Receita líquida

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<u>Receita bruta</u>		
Venda de minério mercado externo	1.181.675	1.067.704
Venda de minério mercado interno	143.424	222.465
	<u>1.325.099</u>	<u>1.290.169</u>
<u>Deduções da receita</u>		
ICMS	(747)	(1.110)
PIS	(2.278)	(3.215)
COFINS	(10.494)	(14.810)
	<u>(13.519)</u>	<u>(19.135)</u>
Receita líquida	<u>1.311.580</u>	<u>1.271.034</u>

A receita é reconhecida pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber, sendo o mecanismo de precificação provisória embutido nesses contratos caracterizado como um derivativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado continuamente e as variações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado. Em alguns casos, o preço de venda para mercado externo é determinado provisoriamente na data da transação, ou seja, na data do embarque, sendo os ajustes subsequentes baseados nas variações dos preços cotados de mercado até à data da fixação do preço final e para alguns contratos o preço é fixo.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

21. Custo dos produtos e serviços

	2023	2022
Custos logísticos (a)	(920.179)	(639.542)
Insumos	(33.315)	(35.409)
Pessoal	(55.610)	(47.739)
Depreciação e amortização	(4.776)	(6.856)
Energia elétrica	(11.245)	(7.060)
Royalties	(69.603)	(55.509)
Combustíveis (b)	(26.811)	(5.783)
Serviços / Manutenção e reparos (b)	(43.291)	(22.708)
Taxas e contribuições sobre atividades minerárias	(56.720)	(47.946)
Provisão para perda de estoques	(13.772)	(9.654)
Outros	(5.610)	(4.456)
	(1.240.932)	(882.662)

- (a) Em 2023, a Companhia efetuou vendas de minério de ferro superior a 20% se comparado ao ano anterior, então, os seus custos com frete marítimo, ferroviário e rodoviário consequentemente aumentaram.
- (b) Em 2023, a Companhia produziu 26% a mais de minério de ferro em relação ao ano de 2022, então, consequentemente seus custos sofreram aumentos, principalmente, na prestação de serviços de movimentação interna de minérios e transporte rodoviário para o terminal ferroviário, além do combustível e manutenções.

22. Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Pessoal	(40.459)	(24.398)
Serviços de terceiros (a)	(23.439)	(15.942)
Depreciação e amortização	(191)	(905)
Aluguéis	(2.170)	(2.189)
Outras	(142)	(2.218)
	(66.401)	(45.652)

- (a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos de serviços relacionados com consultores jurídicos, financeiros, administrativos, manutenção de sistemas, segurança e limpeza.

23. Outras despesas operacionais

	2023	2022
Geotecnia	(55.504)	(48.318)
TAC - Descaracterização Barragens B1 Ipê, B1 Auxiliar TT e B2 TT (a)	(300)	(6.415)
TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) - chuvas (b)	(308)	(3.502)
Termo Cooperação - Estrada da "Conquistinha" (c)	(30.815)	-
Outros	(637)	(4.066)
	(87.564)	(62.301)

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

23. Outras despesas operacionais--Continuação

- (a) Refere-se ao Termo de Compromisso mencionado na Nota 15 (d).
(b) Refere-se ao Termo de Ajustamento de Conduta descrito na Nota 15 (c).
(c) Refere-se ao termo de cooperação administrativa firmado entre a MMI e Prefeitura de Brumadinho para a pavimentação de 7,2km da estrada municipal denominada "Conquistinha" no trecho entre a BR 381 e a bifurcação com a estrada da "Farofa".

24. Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicação financeira	2.787	15.820
Outros	9	36
	<u>2.796</u>	<u>15.856</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Taxas bancárias	(1.249)	(942)
Variação cambial (a)	(39.713)	(11.384)
Juros	(713)	(1.332)
Outras despesas financeiras	(1.991)	(1.875)
	<u>(43.666)</u>	<u>(15.533)</u>
Resultado financeiro	<u>(40.870)</u>	<u>323</u>

- (a) Efeito da conversão da moeda estrangeira para a moeda funcional dólar para os itens monetários que são rerepresentados em Reais pela taxa média do ano.

25. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Impostos diferidos ativos (passivos)		
Prejuízos fiscais	43.500	-
Base negativa de contribuição social	15.660	-
Provisão participação dos lucros	3.525	2.270
Provisão para contingências ambientais	1.756	1.290
Provisão de vendas a terceiros - externo a faturar	(24.590)	(44.462)
Provisão para perda de estoque	301	-
Provisão para perda de crédito tributário	2.604	-
Juros sobre debentures	(45.428)	(11.764)
Rendimento Aplicação Financeira sobre debentures	12.114	2.955
Variação cambial	1.037	(824)
	<u>10.479</u>	<u>(50.535)</u>
Efeito oriundo da mudança de moeda funcional (a)	<u>33.837</u>	<u>6.139</u>

- (a) Considerando o fato da Companhia ter alterado sua moeda funcional para o dólar norte-americano em 2022 a desvalorização do dólar norte-americano frente ao real em 2023, a base tributária do imobilizado e do intangível foi significativamente superior à respectiva base contábil, gerando assim um imposto diferido ativo. Visto que se trata de um imposto diferido contábil, a Companhia optou por não reconhecer o ativo fiscal diferido pois não espera que seja realizado no médio prazo.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

25. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A estimativa da Companhia é de realizar o saldo de diferido ativo no período de até 5 anos.

Conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas nominais versus a despesa registrada no exercício

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	30.048	44.430
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(61.014)	54.517
	(30.966)	98.947
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(124.187)	280.742
Despesa (crédito) com imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(42.224)	95.452
Reconciliação da alíquota efetiva		
Variação cambial	1.858	(2.494)
Participação nos resultados	1.254	321
Provisão para contingências	465	1.190
Despesas pré-operacionais tratadas como ativo diferido para fins fiscais	-	(299)
Provisão de venda - mercado externo	19.874	(44.426)
Juros sobre debentures	(33.662)	(11.765)
Rendimento aplicação financeira sobre debentures	9.159	2.955
Provisão para perda de crédito tributário	2.604	-
Provisão para perda de estoque	301	-
Reconhecimento de créditos fiscais diferidos s/ prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(1.853)	54.517
Ajuste conversão do balanço em moeda funcional	11.126	600
Outros	132	2.896
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos do período	(30.966)	98.947
Alíquota efetiva	(24,93%)	35,24%

26. Instrumentos financeiros e gestão de risco

A Administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não efetua operações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de gerenciamento de risco aprovada pelo Conselho de Administração.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

26. Instrumentos financeiros e gestão de risco--Continuação

A Companhia está exposta a uma variedade de riscos e incertezas que podem ter um impacto financeiro. Dentre eles, os principais são o risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxa de juros e o risco de moeda estrangeira e risco de mercado. Esses riscos decorrem das exposições ocorridas no curso normal dos negócios e são monitorados pela Administração com o objetivo geral de minimizar os efeitos adversos do desempenho financeiro da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O conceito do "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte dos ativos e passivos financeiros da Companhia e subsidiárias tem seu valor justo similar ao valor contábil, tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar e a receber.

a) Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (*commodities*), taxas de câmbio e de juros.

i) *Risco de preço*

Paras as vendas realizadas com base no preço da commodity a Companhia recebe, no momento do embarque, 75% do valor referente à venda considerando o preço da commodity na data da venda. Adicionalmente, o valor remanescente é corrigido pelas flutuações do preço da commodity considerando um prazo de 60 dias da data do embarque. Nesse sentido, os montantes a receber pela Companhia consideram uma expectativa de variação do preço até a data de vencimento das faturas.

Dessa forma, a Administração entende que possíveis variações de preço já estão refletidas nos saldos registrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

26. Instrumentos financeiros e gestão de risco--Continuação

a) Risco de mercado--Continuação

ii) *Risco cambial*

O principal objetivo da Companhia é o de produzir minério de ferro, que é geralmente cotado em Dólares norte-americanos. A maior parte de seus saldos de captação de recursos e caixa também é denominada em Dólar norte-americano. Uma parte dos custos da Companhia é incorrida em Reais. Consequentemente, os resultados financeiros da Companhia podem ser afetados pelas variações na taxa de câmbio entre o Dólar norte-americano e o Real. Em 2023, a exposição cambial está atrelada aos saldos de contas a receber em dólar americano (USD) no montante de R\$127.018 (R\$235.534 em 2022) decorrente das exportações.

Uma queda de 25% e 50% na taxa de câmbio resultaria em perdas cambiais em 2023 de R\$31.755 (R\$58.884 em 2022) e R\$63.509 (R\$117.767 em 2022), respectivamente.

b) Risco de liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado nos respectivos vencimentos.

As disponibilidades são suficientes para honrar as despesas operacionais ao longo dos próximos 90 dias. Além disso, há que se considerar a geração de caixa oriunda das operações de venda de minério de ferro.

c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa. Para mitigar os riscos, a Mineração Morro do Ipê adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

26. Instrumentos financeiros e gestão de risco--Continuação

d) Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados *que* tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 e 3 em dezembro de 2023 e 2022. Entretanto, possui instrumento mensurável ao valor justo no Demonstrativo de Resultado Abrangente classificado como Nível 2.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e bancos (nível 2)	10.869	957
Aplicações financeiras (nível 2)	94.690	326.814
	105.559	327.771
Valor justo por meio de resultados abrangentes		
Operações com derivativos (nível 2)	62.372	69.093
	62.372	69.093
Custo amortizado		
Contas a receber de clientes	14.730	16.001
Contas a receber de clientes - parte relacionada	127.018	235.534
	141.748	251.535
Passivos financeiros		
Valor justo por meio de resultados abrangentes		
Operações com derivativos (nível 2)	14.119	56.957
	14.119	56.957
Custo amortizado		
Fornecedor	156.071	176.763
Empréstimo	756.100	628.036
Partes relacionadas	260.877	137.245
Demais contas a pagar	80.773	88.921
	1.253.821	1.030.965

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

26. Instrumentos financeiros e gestão de risco--Continuação

d) Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

No quadro abaixo pode ser verificado a análise de sensibilidade da marcação à mercado do swap. Para a simulação na curva de DI, foram consideradas alterações a partir de 2026, considerando que movimento paralelos na curva tem efeito zero. Para a simulação no Dólar futuro, a oscilação incidiu sobre toda a curva.

	Dólar Futuro		
	-10%	À Mercado	+10%
DI Futuro			
+10%	135.596	62.733	-10.131
À Mercado	122.575	48.252	-26.071
-10%	106.661	30.553	-45.554

27. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2023, o total da cobertura de seguros da Companhia contra riscos operacionais é de R\$70.000 para a planta Ipê e R\$265.000 para a planta Tico-Tico (sendo, R\$50.000 para danos materiais e R\$215.000 custo fixo e serviço da dívida), cobertura de responsabilidade civil geral de R\$50.000 e D&O no valor de R\$100.000.

28. Eventos subsequentes

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia recebeu a licença operacional (LO) da Mina de Tico-Tico, emitida pela Secretária de Estado de Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais. Entretanto, no início do “*ramp-up*” da nova planta de beneficiamento (Tico-Tico), ocorreram problemas que necessitaram de ajustes postergando o início de operação da planta para janeiro de 2024, e irá ocorrer o processo de conclusão do *ramp-up* até abril de 2024. Esta nova operação permitirá a Companhia produzir até 6,0 Mtpa de “*pellet feed*”, produto este com alto teor de ferro, e capturar melhores preços no mercado internacional de minério de ferro além do aumento da margem operacional da Companhia.

Diretoria

Jayme Nicolato - Diretor - Presidente
Sergio Botelho - Diretor de Operações
Thiago Semião Roldão - Diretor Financeiro

Flávio Ary de Oliveira Silveira - Contador CRC-MG 095.168/O-9